

## § 79

A lógica tem, segundo a forma, três lados: a) o *lado abstrato* ou do *entendimento*; b) o *dialético* ou *negativamente-racional*; c) o *especulativo* ou *positivamente racional*.

Esses três lados não constituem três *partes* da Lógica, mas são *momentos* de *tudo* [e qualquer] *lógico-real*, isto é, de todo conceito ou de todo verdadeiro em geral. Eles podem ser postos conjuntamente sob o primeiro momento — o do *entendimento* — e por isso ser mantidos separados uns dos outros; mas, desse modo, não são considerados em sua verdade. A indicação que aqui é feita sobre as determinações do lógico — assim como a [sua] divisão — está aqui somente [numa forma] antecipada e histórica.

## § 80

a) O pensar enquanto *entendimento* fica na determinidade fixa e na diferenciação dela em relação a outra determinidade; um tal Abstrato limitado vale para o pensar enquanto entendimento como [se fosse] para si subsistente e essente.

*Adendo:* Quando se trata do pensar em geral, ou mais precisamente do conceituar, costuma-se com frequência, nesse caso, ter diante dos olhos simplesmente a atividade do entendimento. Ora, é evidente que o pensar é, antes de tudo, pensar do entendimento; só que o pensar não fica nisso, e o conceito não é simples determinação-de-entendimento. A atividade do en-

tendimento em geral consiste em conferir a seu conteúdo a forma da universalidade; e, na verdade, o universal posto por meio do entendimento é algo abstratamente universal, que como tal é sustentado em contraposição ao particular, mas, por isso também, de novo determinado ao mesmo tempo como particular, ele mesmo. Enquanto o entendimento se refere a seus objetos, separando e abstraindo, ele é o contrário da intuição e sensação imediata, que como tal só lida exclusivamente com o concreto e nele permanece.

A essa oposição entre o entendimento e a sensação referem-se essas denúncias, tantas vezes repetidas, que se costumam dirigir contra o pensar em geral, e que vêm a dar nisto: de que o pensar seria rígido e unilateral, e levaria, em sua conseqüência, a resultados funestos e demolidores. A tais denúncias, na medida em que são justificadas segundo seu conteúdo, pode-se, antes de mais nada, replicar que por meio delas não é atingido o pensar em geral — e, mais precisamente, o pensar racional —, mas só o pensar do entendimento. No entanto, além disso há que reconhecer, antes de todas as coisas, também ao pensar puramente do entendimento, seu direito e mérito — que de modo geral consiste em que, tanto no domínio prático quanto no teórico, sem entendimento não se chega a nenhuma fixidez e determinidade. Nesse caso, no que concerne primeiro ao conhecer, ele começa por apreender os objetos presentes em suas diferenças determinadas; e assim, por exemplo, no estudo da natureza, matéria, forças, gêneros etc. são diferenciados e fixados para si mesmos nesse seu isolamento. O pensar procede, nesse caso, como entendimento, e o princípio desse último é a identidade, a relação simples para consigo mesmo. Depois, é também por essa identidade que no conhecimento é condicionada antes de tudo a progressão de uma determinação para a outra. Assim, notadamente na matemática, a grandeza é a determinação segundo a qual se avança [no raciocínio] com abandono de todas as outras. Na geometria comparam-se, por isso, as figuras entre si, destacando assim o idêntico nelas. Também em outros campos do conhecer, por exemplo na jurisprudência, avança-se na identidade. Enquanto aqui se conclui de uma determinação para a outra, esse silogismo não é outra coisa que uma progressão segundo o princípio de identidade. Como no [campo] teórico, tampouco no prático não há que faltar o entendimento. Para agir é preciso essencialmente caráter, e um homem de caráter é um homem de entendimento, que como tal tem, ante os olhos, fins determinados e os persegue com firmeza. Como diz Goethe, quem quer algo de grande deve poder limitar-se. Quem ao contrário quer tudo, de fato nada quer; e isso não leva a nada. Há uma multidão de coisas interessantes no mundo: poesia espanhola, química, política, músicas; tudo isso é muito interessante, e não se pode levar a mal quem se interessa por isso. Mas para realizar alguma

domínios e esferas da prática — que segundo a representação corrente Da discussão anterior pode-se então concluir que também em tais

mento, da nutrição. animal desenvolvido, com as diversas funções da sensibilidade, do movimento, da nutrição. órgãos particulares; assim como, por exemplo, sucede com o organismo segundo o conceito, não estão ainda, do mesmo modo, desenvolvidas em mentos e das profissões; e as funções políticas e de autoridade, diferentes nele não se chegou ainda a uma determinada diferenciação dos estádios do entendimento. Assim, por exemplo, o Estado é imperfeito, se não de um objeto que tenha em si, [reconhecido] por seu direito, o princípio de todos o domínios do mundo objetivo, e pertence essencialmente à perfeição desse modo, o entendimento mostra-se então, de uma maneira geral, em por outra parte, possuem-no como disposição, talento etc. Compreendido (como por exemplo clima, constituição natural e produtos da região); e, para sua subsistência e desenvolvimento, como algo imediatamente dado inteiros, que igualmente, por uma parte, encontram ali o que é preciso perar. O mesmo se dá com o homem, com os indivíduos e com povos de plantas, são providos de tudo que precisam para conservar-se e prosperar de Deus, em que as diversas classes e gêneros, tanto de animais como uma subsistência. Assim se reconhece, por exemplo, na natureza a bondade Deus, enquanto por isso se entende que as coisas finitas *são*, que elas têm considerar-se como correspondente aquilo que se chama a *bondade* de dimento, essa primeira forma do lógico. O entendimento, portanto, há de ao mesmo tempo objetivo, isso encontra também sua aplicação no entendimento da subjetiva, mas antes como o absolutamente universal e, por isso, lógico em geral não há que aprender simplesmente no sentido de uma Ora, como além disso, em consequência de discussão anterior, o lógico

ante os olhos o ponto determinado de que se trata. pessoa dessas sobre o assunto de que se fala, e levá-la a manter fixamente segurança, e com frequência custa muito esforço entender-se com uma to, ao contrário, o homem não cultivado oscila para lá e para cá, sem terminado, mas aprende os objetos em sua determinidade fixa; enquanto cultura. Um homem cultivado não se satisfaz com o nebuloso e o indeterminado. Além disso, o entendimento é, em geral, um momento essencial da para a esquerda.

coisa, como um indivíduo em uma situação determinada, deve ater-se a outra; não admitir desculpa alguma, [julgar] sem olhar para a direita ou tença de acordo com ela, e não se deixar desviar por uma coisa ou por tendimento. Assim, por exemplo, o juiz deve ater-se à lei, dar sua sentença de importante, em qualquer profissão, que seja desempenhada com algo determinado e não dispersar sua força por muitos lados. Igualmente coisa, como um indivíduo em uma situação determinada, deve ater-se a

do a forma da universa-  
condimento é algo abs-  
contraposição ao parti-  
mesmo tempo como  
refere a seus objetos,  
e sensação imediata,  
e nele permanece.  
ção referem-se essas  
dirigir contra o pen-  
ar seria rígido e uni-  
nestos e demolidores.  
segundo seu conti-  
cio delas não é atin-  
usar racional —, mas  
o há que reconhecer,  
te do entendimento,  
e em que, tanto no  
ento não se chega a  
e concerne primeiro  
presentes em suas  
estudo da natureza,  
dos para si mesmos  
como entendimento,  
simples para consigo  
no conhecimento é  
determinação para a  
a é a determinação  
o de todas as outras.  
si, destacando assim  
heccer, por exemplo  
aqui se conclui de  
nova coisa que uma  
no [campo] teórico,  
Para agir é preciso  
homem de entendi-  
zados e os persegue  
grande deve poder  
uier, e isso não leva  
undo: poesia espa-  
necessante, e não se  
para realizar alguma

parecem estar situados o mais longe [possível] do entendimento — não lhes pode faltar contudo o entendimento; e, na medida em que tal ocorre, isso pode considerar-se uma deficiência. O que vale notadamente para a arte, a religião, e a filosofia. Assim na arte, por exemplo, o entendimento se mostra em que as diversas formas do belo, segundo o seu conceito, são mantidas e expostas em sua diferença. Também vale o mesmo das obras-de-arte singulares. Por conseguinte exige-se, para a beleza e perfeição de uma poesia dramática, que os caracteres dos diversos personagens se desenvolvam em sua pureza e determinidade, e igualmente que os diversos fins e interesses de que se trata exponham-se clara e distintamente. No que toca, muito de perto, ao domínio religioso — abstraindo aliás da diversidade de conteúdo e da [sua] apreensão —, a superioridade da mitologia grega sobre a nórdica consiste essencialmente em que na primeira as figuras divinas singulares são desenvolvidas em determinidade plástica, enquanto na última fluem umas através das outras na névoa de turva indeterminidade. Enfim, que a filosofia também não pode dispensar o entendimento, conforme a discussão precedente, quase não precisa de menção particular. Para o filosofar requer-se antes de tudo que cada pensamento seja apreendido em sua precisão completa, e que não se fique no vago e no indeterminado.

Antes disso, costuma-se também dizer que o entendimento não deve ir longe demais, e nisso está de correto que o âmbito do entendimento não é decerto algo de último, mas antes é finito; e, mais precisamente, é de uma espécie que ao ser levado a seu extremo se converte em seu contrário. É a maneira [de agir própria] da juventude: lançar-se em abstrações de um lado e de outro, quando, ao contrário, o homem de experiência na vida não se deixa levar pelo abstrato *ou-ou*, mas se atém ao concreto.

## § 81

b) O momento dialético é o próprio suprasumir-se de tais determinações finitas e seu ultrapassar para suas opostas.

1ª) O dialético, tomado para si pelo entendimento separadamente, constitui o *cepticismo* — sobretudo quando é mostrado em conceitos científicos: o cepticismo contém a simples negação como resultado do dialético.

2ª) A dialética é habitualmente considerada como uma arte exterior, que por capricho suscita confusão nos conceitos determinados, e uma simples *aparência* de *contradições* entre eles; de

modo que não seriam uma nulidade essas determinações e sim essa aparência; e ao contrário seria verdadeiro o que pertence ao entendimento. Muitas vezes, a dialética também não passa de um sistema subjetivo de balanço, de um raciocínio que vai para lá e para cá, onde falta o conteúdo, e a nudez é recoberta por essa argúcia que produz tal raciocínio. Em sua determinidade peculiar, a dialética é antes a natureza própria e verdadeira das determinações-do-entendimento — das coisas e do finito em geral. A reflexão é, antes de tudo, o ultrapassar sobre a determinidade isolada, e um relacionar dessa última pelo qual ela é posta em relação — embora sendo mantida em seu valor isolado. A dialética, ao contrário, é esse ultrapassar *imane*nte, em que a unilateralidade, a limitação das determinações do entendimento é exposta como ela é, isto é, como sua negação. Todo o finito é isto; suprassumir-se a si mesmo. O dialético constitui pois a alma motriz do progredir científico; e é o único princípio pelo qual entram no conteúdo da ciência a *conexão* e a *necessidade imanentes*, assim como, no dialético em geral, reside a verdadeira elevação — não exterior — sobre o finito.

*Adendo:* É da mais alta importância apreender e conhecer devidamente o dialético. O dialético, em geral, é o princípio de todo o movimento, de toda a vida, e de toda a atividade na efetividade. Igualmente, o dialético é também a alma de todo o conhecer verdadeiramente científico. Em nossa consciência, o [fato de] não se ater às determinações abstratas do entendimento aparece como simples retidão, conforme o adágio: “viver e deixar viver”, de modo que um vale e *também* o outro. Mas o que está mais próximo [da verdade] é que o finito não é limitado simplesmente de fora, mas se suprassume por sua própria natureza, e por si mesmo passa ao seu contrário. Diz-se, assim, por exemplo: o homem é mortal, e considera-se então o morrer como algo que tem sua razão-de-ser apenas nas circunstâncias exteriores; e, conforme esse modo de considerar, são duas propriedades particulares do homem: ser vivo e *também* ser mortal.

Mas a verdadeira compreensão é esta: que a vida como tal traz em si o germen da morte, e que em geral o finito se contradiz em si mesmo, e por isso se suprassume. Ora, além disso, a dialética não pode confundir-se com a simples *sofística*, cuja essência consiste em fazer valer por si, em seu isolamento, determinações unilaterais e abstratas — segundo o que

implica cada vez o interesse do indivíduo e de sua situação particular. É assim, por exemplo, em relação ao agir um momento essencial, que eu exista e tenha os meios para a existência. Mas se então eu faço ressaltar por si mesmo esse lado, esse princípio de minha felicidade, e deduzo daí a consequência que eu posso roubar ou trair minha pátria, isso é uma sofistaria. Igualmente, em meu agir, minha liberdade subjetiva, no sentido em que eu estou no que faço, com meu discernimento e minha convicção, é um princípio essencial. Mas, se raciocino a partir desse princípio *unicamente*, isso é também uma sofistaria, e todos os princípios da vida ética são arruinados.

A dialética é essencialmente diversa de um tal agir, pois ela tende justamente a considerar as coisas em si e para si; e aí se descobre então a finitude das determinações unilaterais do entendimento. Aliás a dialética não é nada de novo na filosofia. Entre os antigos, Platão é designado como o inventor da dialética, e isso com justiça, enquanto na filosofia platônica a dialética pela primeira vez se apresenta em uma forma científica livre e, por isso, ao mesmo tempo objetiva. Em Sócrates, o [procedimento] dialético em consonância com o caráter geral do seu filosofar tem ainda uma figura predominantemente subjetiva, a saber, a da *ironia*. Sócrates dirigia sua dialética primeiro contra a consciência ordinária, em geral, e, em seguida, particularmente contra os sofistas. Em suas conversações costumava então tomar a aparência de querer instruir-se mais exatamente sobre a Coisa de que se falava. A propósito, punha todo o tipo de questões e conduzia assim aqueles com que se entretinha ao oposto do que inicialmente lhes tinha aparecido como o justo. Quando, por exemplo, os sofistas se chamavam mestres, Sócrates, por uma série de questões, levava o sofista Protágoras a ter de conceder que todo o aprender era rememoração. Platão mostra em seguida em seus Diálogos rigorosamente científicos, pelo tratamento dialético em geral, a finitude de todas as determinações fixas do entendimento. Assim, por exemplo, em *Parmênides*, ele deduz do uno o múltiplo, e mostra apesar disso como o múltiplo é apenas isto: determinar-se como o uno. Com tal maneira grandiosa Platão tratou a dialética. Nos tempos modernos, foi Kant sobretudo que trouxe de novo a dialética à memória, e a instaurou de novo em sua dignidade, e isso por meio do desenvolvimento — já discutido (§ 48) — das assim-chamadas antinomias da razão; em que não se trata, de modo algum, de um simples vaivém entre razões, nem de um agir meramente subjetivo, mas antes [se trata] de mostrar como toda a determinação abstrata de entendimento — tomada somente como ela se dá a si mesma — se converte imediatamente em sua oposta.

Por mais que o entendimento costume opor resistência à dialética, ela não pode, de modo algum, ser considerada como presente simplesmente

o particular. É  
encial, que eu  
u faço ressaltar  
e, e deduzo daí  
ia, isso é uma  
ativa, no senti-  
o e minha con-  
desse princípio  
ncípios da vida

s ela tende jus-  
scobre então a  
s a dialética não  
signado como o  
ofia platônica a  
ífica livre e, por  
to] dialético em  
uma figura pre-  
gia sua dialética  
uida, particular-  
a então tomar a  
Coisa de que se  
ia assim aqueles  
tinha aparecido  
avam mestres,  
tágoras a ter de  
ostra em segui-  
mento dialético  
entendimento.  
últiplo, e mostra  
se como o uno.  
tempos moder-  
à memória, e a  
esenvolvimento  
a razão; em que  
razões, nem de  
strar como toda  
ente como ela se  
posta.

a à dialética, ela  
e simplesmente

para a consciência filosófica; mas antes, aquilo de que se trata aqui, já se encontra também em qualquer outra consciência, e na experiência universal.

Tudo o que nos rodeia pode ser considerado como um exemplo do dialético. Sabemos que todo o finito, em lugar de ser algo firme e último, é antes variável e passageiro; e não é por outra coisa senão pela dialética do finito que ele, enquanto é em si o Outro de si mesmo, é levado também para além do que ele é imediatamente, e converte-se em seu oposto. Se foi dito antes (§ 80) que o entendimento podia ser considerado como o que está contido na representação da *bondade* de Deus, assim há que notar agora [a respeito] da dialética, tomada no mesmo sentido (objetivo), que seu princípio corresponde à representação da *potência* de Deus. Dizemos que todas as coisas (isto é, todo o finito enquanto tal) vão a juízo, e temos nisso a intuição da dialética como da potência universal irresistível diante da qual nada pode resistir — por seguro e firme que se possa julgar. Com essa determinação sem dúvida não está ainda esgotada a profundidade da essência divina — o conceito de Deus —; mas ela forma, na certa, um momento essencial em toda a consciência religiosa.

Além do mais, a dialética se faz vigente em todas as esferas e formações do mundo natural e do mundo espiritual. Assim, por exemplo, no movimento dos corpos celestes. Um planeta está agora nesta posição, porém é em si [por natureza] estar também em outra posição; e, movendo-se, leva à existência esse seu ser-Outro. Do mesmo modo, os elementos físicos se mostram como dialéticos, e o processo meteorológico é a aparição de sua dialética. É o mesmo princípio que forma a base de todos os outros processos naturais; e pelo qual, ao mesmo tempo, a natureza é impelida para além de si mesma. No que toca à presença da dialética no mundo do espírito, e mais precisamente no âmbito do jurídico e do ético, basta recordar aqui como, em virtude da experiência universal, o extremo de um estado ou de um agir costuma converter-se em seu contrário; [uma] dialética que com frequência encontra seu reconhecimento nos adágios. Diz-se, assim, por exemplo: *summum jus, summa injuria*; pelo que se exprime que o direito abstrato, levado a seu extremo, se converte em agravo. Igualmente é bem conhecido como, no [campo] político, os extremos da anarquia e do despotismo costumam suscitar-se mutuamente, um ao outro. A consciência da dialética no âmbito da ética, em sua figura individual, encontramos nestes adágios bem conhecidos por todos: “O orgulho precede a queda”; “Lâmina afiada demais fica cega”, etc. Também a sensibilidade — tanto corporal como espiritual — tem sua dialética. Pois, bem conhecido como os extremos de dor e de alegria passam um para o outro; o coração cheio de alegria se alivia em lágrimas, e a tristeza mais íntima costuma, em certas circunstâncias, revelar-se por um sorriso.

*Adendo 2:* O cepticismo não pode ser considerado simplesmente como uma doutrina-da-dúvida; ele está, antes, absolutamente certo de sua Coisa, isto é, da nulidade de todo o finito. Quem somente duvida está ainda na esperança de que sua dúvida poderá ser resolvida, e que uma ou outra das determinações entre as quais oscila se mostrará como algo firme e verdadeiro. Ao contrário, o cepticismo propriamente dito é o desespero rematado de tudo o que há de firme no entendimento, e o sentimento daí resultante é o da imperturbabilidade e do repousar em si mesmo. Este é o alto e antigo cepticismo, tal como encontramos representado notadamente em Sexto Empírico e tal como recebeu seu desenvolvimento na época romana posterior, como complemento dos sistemas dogmáticos dos estóicos e epicuristas. Com esse alto cepticismo antigo, não pode ser confundido o cepticismo moderno anteriormente mencionado (§ 39) — por um lado, anterior à filosofia crítica; por outro lado, procedente dela — que consiste simplesmente em negar a verdade e a certeza do suprasensível; e, inversamente, em designar o sensível, e o que é dado na impressão imediata, como aquilo a que nos devemos ater.

Aliás, se o cepticismo ainda é hoje em dia considerado um inimigo irresistível de todo o saber positivo em geral, e portanto também da filosofia, na medida em que nela se trata de conhecimento positivo, há que notar, ao contrário, que de fato só tem a temer o cepticismo o pensar finito e abstrato do entendimento, o mesmo que não lhe pode resistir; enquanto a filosofia contém nela o céptico como um momento, a saber, como o dialético. Mas a filosofia não fica então no resultado puramente negativo da dialética, como é o caso com o cepticismo. Este distorce seu resultado, enquanto o sustenta como uma negação simples — quer dizer, abstrata. Enquanto a dialética tem por resultado o negativo — que é, justamente enquanto resultado, ao mesmo tempo o positivo, porque contém, como suprasumido em si, aquilo de que resulta, e não é sem ele. Isto porém é a determinação fundamental da terceira forma do lógico, ou seja, do *especulativo* ou positivamente-racional.

## § 82

c) O *especulativo* ou *positivamente racional* apreende a unidade das determinações em sua oposição: o *afirmativo* que está contido em sua resolução e em sua passagem [a outra coisa].

1<sup>a</sup>) A dialética tem um resultado *positivo* por ter um *conteúdo determinado*, ou por seu resultado na verdade não ser o *nada vazio*, *abstrato*, mas a negação de *certas determinações* que são contidas no resultado, precisamente porque este não é um *nada imediato*, mas um resultado.



2ª) Esse racional, portanto, embora seja algo pensado — também abstrato —, é ao mesmo tempo algo *concreto*, porque não é unidade *simples, formal*, mas *unidade de determinações diferentes*. Por isso a filosofia em geral nada tem a ver, absolutamente, com simples abstrações ou pensamentos formais, mas somente com pensamentos concretos.

3ª) Na Lógica especulativa, a simples *Lógica de entendimento* está contida e pode ser construída a partir dela; para isso não é preciso senão deixar de lado o dialético e racional; torna-se assim o que é a *Lógica ordinária*, uma *história* de variadas determinações de pensamento reunidas, que em sua finitude valem por algo infinito.

*Adendo:* Segundo seu *conteúdo*, o racional tampouco é simplesmente uma propriedade da filosofia, que se deve antes dizer que ele está presente para todos os homens, em qualquer nível da cultura e do desenvolvimento espiritual em que possam encontrar-se. Nesse sentido, com justa razão, o homem foi designado desde sempre como um ser racional. A maneira empiricamente universal de saber sobre o racional é, em primeiro lugar, a maneira do preconceito e da pressuposição, e em consequência de discussão anterior (§ 45) o caráter do racional é, em geral, ser um incondicionado, e por isso algo que contém em si mesmo sua determinidade. Nesse sentido, o homem, antes de todas as coisas, sabe o racional; na medida em que sabe de Deus, e sabe a Deus como determinado absolutamente por si mesmo. Igualmente, além disso, o saber que um cidadão tem de sua pátria e de suas leis é um saber do racional, na medida em que essas valem para ele como um incondicionado, e ao mesmo tempo como um universal, ao qual deve submeter-se com sua vontade individual. No mesmo sentido, o saber e querer da criança já é racional, enquanto sabe a vontade de seus pais, e quer essa vontade.

Além disso, o *especulativo* em geral, não é outra coisa que o racional (e, na verdade, que o positivamente-racional) enquanto esse é *pensado*. Na vida ordinária, o termo *especulação* costuma ser usado em um sentido muito vago e, ao mesmo tempo, inferior. Assim, por exemplo, quando se fala de especulações matrimoniais ou comerciais, não se entende por isso outra coisa que não seja, de uma parte, que se deve ir além do imediatamente dado; e, de outra parte, que o que forma o conteúdo de tais especulações é, em primeiro lugar, somente algo subjetivo; contudo não deve ficar assim, mas ser realizado ou transposto em objetividade.

Quanto a esse uso corrente da língua, a respeito das especulações, aplica-se o mesmo que foi antes notado a propósito da idéia; a isso se liga ainda

uma observação ulterior: muitas vezes pessoas que se contam já como as mais cultivadas falam também da especulação, expressamente no sentido de algo *puramente* subjetivo. Desse modo, ouve-se dizer que uma certa compreensão da situação e das relações naturais ou espirituais poderia ser muito bela e justa tomada de modo simplesmente especulativo; mas que a experiência não está de acordo com ela, e que na efetividade não se pode admitir uma coisa como essa. Ao contrário, há que dizer que o especulativo, segundo sua verdadeira significação, não é — nem de modo provisório, nem também definitivo — algo puramente subjetivo; mas é, antes, expressamente o que contém em si mesmo, como suprassumidas, aquelas oposições em que o entendimento fica [imobilizado] — por conseguinte, também a oposição de subjetivo e objetivo, e justamente por isso se mostra como concreto e como totalidade. Por esse motivo, um conteúdo especulativo não pode também ser expresso em uma proposição unilateral. Se dizemos, por exemplo, que o absoluto é a unidade do subjetivo e do objetivo, é sem dúvida correto; contudo é unilateral, na medida em que somente a *unidade* está expressa aqui, e o acento está posto nela; quando, de fato, o subjetivo e o objetivo não são somente idênticos, mas também diferentes.

A respeito da significação do especulativo, há que mencionar aqui que se tem de entender, por isso, o mesmo que antes se costumava designar como *místico* — sobretudo em relação à consciência religiosa e a seu conteúdo. Hoje em dia, quando se fala de místico, esse em regra geral conta como sinônimo de misterioso e inconcebível, e esse misterioso e inconcebível é então, segundo aliás a diversidade da cultura e da mentalidade, considerado por um como autêntico e verdadeiro, por outro como superstição e ilusão. Deve-se notar a propósito, antes de tudo, que o místico sem dúvida é algo misterioso; contudo, só para o entendimento, e de fato simplesmente porque a identidade abstrata é o princípio do entendimento, enquanto o místico (como sinônimo do especulativo) é a unidade concreta dessas determinações que para o entendimento só valem como verdadeiro em sua separação e oposição. Se então os que reconhecem o místico como verdadeiro não vão, igualmente, além [da noção] de que é algo absolutamente misterioso, por sua parte, está assim declarado somente que o pensar tem para eles a significação do [ato] abstrato [de] pôr-o-idêntico; e que, por esse motivo, para alcançar a verdade, deve-se renunciar ao pensar, ou, como também se costuma dizer, deve-se tomar como prisioneira a razão. Ora, como vimos, o pensar abstrato do entendimento é tão pouco algo de firme e de último, que antes se mostra como o constante suprassumir de si mesmo e como reverter em seu oposto; quanto ao contrário, o racional como tal, consiste justamente em conter em si mesmo os opostos como momentos ideais. Todo o racional, por isso,

pode ao mesmo tempo ser designado como místico; mas com isso somente se diz que vai além do entendimento, e de modo algum que o racional seja a considerar em geral como inacessível e inconcebível para o pensar.

### § 83

A Lógica divide-se em três partes:

- I — *A Doutrina do Ser*
- II — *A Doutrina da Essência*
- III — *A Doutrina do Conceito e da Idéia*

Quer dizer, na Teoria do pensamento:

- I — Em sua *immediatez* — no *conceito em si*
- II — Em sua *reflexão e mediação*, no *ser-para-si*, e na *aparência* do conceito
- III — Em seu *ser-retornado sobre si mesmo e ser-junto-a-si* desenvolvido — no *conceito em si e para si*

*Adendo:* A divisão aqui indicada da Lógica, como toda a discussão anterior sobre o pensar, há que considerar-se como uma simples antecipação. Sua justificação, ou prova, somente pode resultar do exame, levado a termo, do pensamento mesmo; porque provar significa em filosofia o mesmo que mostrar como o objeto se faz — por si mesmo e de si mesmo — o que ele é. A relação em que os três graus principais, aqui mencionados, do pensamento ou da idéia lógica estão entre eles, há de compreender-se em geral assim: só o *conceito* é o verdadeiro, e, mais precisamente, é a verdade do *ser* e da *essência*; estes dois, fixados em seu isolamento para si mesmos, são por isso a considerar como não-verdadeiros: o *ser*, porque só ele enfim é o *imediato*; e a *essência*, porque só ela, enfim, é o *mediatizado*. Poder-se-ia levantar quanto a isso a questão: por que, sendo assim, se começa pelo não-verdadeiro, e não logo pelo verdadeiro? A isso serve por resposta que a verdade, justamente como tal, tem de *verificar-se*; verificação que aqui, no interior do lógico, consiste em que o conceito se mostre como o que é mediatizado por si mesmo e consigo mesmo, e por isso, ao mesmo tempo, como o verdadeiramente imediato. Na figura concreta e real, a relação, aqui mencionada, dos três graus da idéia lógica se mostra de modo que Deus, que é a verdade, só é conhecido nessa sua verdade — isto é, como espírito absoluto — na medida em que nós reconhecemos ao mesmo tempo como não-verdadeiros, em sua diferença para com Deus, o mundo por ele criado, a natureza e o espírito finito.